



*A Fronteira do Caia e do Guadiana:
um espaço aberto de aproximação, violência e marginalidade
(1859-1910)*

ARLINDO SENA

1. UMA CONJUNTURA DE PROGRESSO, APROXIMAÇÃO E
VIZINHANÇA.

A partir de meados do século XIX, a região do Caia constituiu um ponto fundamental na vida económica e social, de Elvas e Badajoz. De facto, os contactos entre as duas cidades fronteiriças foram bastante dinâmicos e significativos até ao rebentamento da Guerra Civil de Espanha, a conjuntura de paz, o progresso dos transportes e um conjunto de obras públicas como as estradas distritais, a ponte de acesso ao Caia e um pouco mais tarde a inauguração da Linha de Leste ampliaram e dinamizaram, o transporte de pessoas e mercadorias em todo o espaço geográfico em caracterização.

Concretamente, uma das grandes obras que maior contribuiu na dinamização das relações entre elvenses e pacenses, foi sem dúvida a abertura da ponte do Caia em 1856, mandado construir pelos dois governos ibéricos, para facilitar o intercâmbio de pessoas e mercadorias com o país vizinho. Na verdade o Caia, que já não possuía a navegabilidade dos “tempos medievais” quando a sua função era deveras determinan-

te na circulação e distribuição de cereais juntos dos povos situados na sua rota¹, era contudo um obstáculo considerável à circulação de pessoas e mercadorias: « *A pesar del creciente paso de gente entre ambos lados de la frontera, en el camino real a Portugal no existía puente sobre el río Caya, (...) al ser difícilmente vadeable, con una pequeña barca, insuficiente para transportar cabellarías o cargas pesadas, lo que obligaba con frecuencia a dar rodeo de más quince kilómetros hasta la puente da Campo Mayor*». ² As ligações ao longo do concelho de Elvas, com a Extremadura Espanhola, tornava-se uma preocupação da «classe política local» e foi uma das primeiras estradas de macadame do concelho que iria ligar a cidade de Elvas à freguesia da Ajuda, as reflexões de carácter económico sobre a necessidade de uma ligação com Olivença, era frequentemente discutidas e notícia na imprensa periódica elvense: « *Sabemos que o nosso deputado tem todas as esperanças de conseguir a restauração da Ponte de Olivença*» ³. Aliás, esta visão de interesse económico por Olivença, ocorre num período de desenvolvimento da agricultura Elvense uma vez que em 1861, quando a Câmara de Elvas optou por arranjar a estrada para a Ajuda as críticas sucederam-se como podemos ler: « *Que negócio temos com Olivença ? Nenhum. Procurar comodidade dos estrangeiros, quando eles só procuram interesses e lucro não nos dão. (...) Quisemos atingir as razões que a Câmara Municipal tem por optar pelo arranjo da estrada de Olivença e não pela de Santa Eulália. Ainda não podemos atingir com uma razão uma vantagem pública* » ⁴.

Em menos de uma década, de circulação e trânsito pela ponte do Caia, em Portugal o esforço do projecto político e económico do governo da Regeneração, acabaria por beneficiar toda a região do Alto Alentejo, depois de concluída a ligação entre o Norte e o Entrocamento, decisiva para estabelecer de seguida uma linha férrea até à fronteira do Caia. Assim em 14 de Setembro de 1859 o governo português chegou a acordo com o financeiro espanhol D. José Salamanca com o objectivo de concretizar este projecto⁵. Todavia a estrada e a ponte do Caia, foram mais importantes no estabelecimento das relações de aproximação e vizinhança entre as populações da raia, que sofreram um

1 Em meados do século XIX, o Transtgno, nº37, 6 de Setembro de 1860: - Questionava onde estava o grande rio do Caia, da seguinte forma: «Onde está essa abundância de águas e esse grande rio Caya, que só permitia a passagem por cinco portos. O Caia, é hoje um riacho, mesmo no Inverno, em toda a sua extensão».

2 Alberto Gonzalez Rodríguez, História de Badajoz ,pag.344

3 O Elvense, nº34, 30-1-1881

4 Voz Alentejo, nº41, 19 de Junho de 1881

5 Contrato de 14 de Setembro de 1859, Coleção de Legislação Oficial, 1859, de 2 Janeiro de 1853.

notável desenvolvimento a partir das décadas de 60 e 70, as carroças dos principais comerciantes de Elvas, circulavam com a frequência quase semanal em direcção a Badajoz, onde se abasteciam de produtos agrícolas e quinquilharias no mercado mais próxima da fronteira⁶, situado no centro praça militar de Badajoz, do outro lado do Guadiana. Em Elvas, a presença de mercadores, almocreves e comerciantes era diária, chegavam pela manhã, deslocando-se às hortas de Elvas e ao mercado da cidade situado na Praça D.Manuel⁷, tal presença era motivo de preocupação geral, uma vez que o abastecimento da cidade ficava comprometido e os mercadores na procura do lucro vendiam os produtos a preços mais elevados em função da procura. A Democracia Pacífica, na sua edição nº84, reflectia sobre esta situação ... «... *levam-nos tudo: hortalças, legumes, frutas e mais mimos que este belo torrão produz: de maneira que começamos nós pior e mais caro! Não nos agrada tal liberdade de comércio. Pelo menos devemos estabelecer que os estrangeiros só pudessem comprar na praça da república e depois de certa hora*».

Porém, estas preocupações eram comuns e tornavam-se visíveis sempre que a conjuntura económica portuguesa ou espanhola, apresentava sintomas de crise, normalmente provocados pela desvalorização da moeda ou ainda por medidas protectoras, como a tomada em 1892 pelo Director General de las Aduanas, no âmbito de um controlo mais eficaz da circulação de produtos em todo o espaço fronteiriço espanhol, onde o comércio legal quase não se distinguia do contrabando. Tal medida estabelecia, o fim da chamada «Guia», que permitia a livre circulação por um período de seis meses, com direito a renovação aos comerciantes e lavradores, portugueses. Curiosamente seria a posição dos comerciantes de Badajoz, que tomaram uma posição de evidente solidariedade com os seus companheiros portugueses, uma vez que o intercâmbio comercial era então uma prática já consolidada desde meados do século XIX, dirigindo-se por carta ao Director General de las Aduanas: « *Los que suscriben del comercio, labradores y vecinos de la ciudad de Elvas (Portugal) plaza fronteriza á 17 Kilómetros de Badajoz, se vem obligados à molestar la atención de V.Ex^a exponiendo respetuosamente, que dadas las buenas relaciones comerciales entre ambas poblaciones se vem precisados com muchas frecuencias á entrar a España. Hasta ala fecha hacer elviaje en nuestros carruajes particulares, como carros, coches, velocípedos y otros vehículos, la aduana da Badajoz expedía guía de la serie B nº20 por él término de 6 meses, una vez garantidos los derechos corres-*

6 Hoje deslocado para o Campus Universitário da Universidad da Extremadura, com a função de Biblioteca.

7 Actual Praça da República.

pondientes por medio de fianza y en esta formasen verificaban los viajes sin mas entorpecimiento que el cumplido de entrada y salida que firmaba en la guía el jefe del punto avanzado. Con gran sorpresa de los exponentes, la aduana de Badajoz de niega à facilitar dicho documento, con gran perjuicio de sus intereses y faltando a loque dispone el Artº120, regla 13 de las ordenanzas de aduanas vigentes españolas ⁸.

Outras actividades económicas, assim como iniciativas ligadas à prática do lazer, favoreciam os contactos entre as populações da raia, se o comércio e a agricultura, fomentava as relações económicas entre proprietários, agricultores e comerciantes, outras actividades profissionais traziam a terras lusas, profissionais liberais como médicos, por exemplo o Dr. Barainca conhecido médico da praça de Badajoz, dava consultas periódicas em Elvas e Castelo Vide. Mas as touradas, caçadas e as feiras eram sem dúvida o tipo de movimentação que mobilizava centenas senão milhares de pessoas a passar a fronteira. As idas às caçadas de Cáceres eram um privilégio dos grandes lavradores de Elvas e Campo Maior, mas as que ocorriam na linha de fronteira, com participação de caçadores de Portugal e Espanha eram as mais populares, como as que ocorriam anualmente em terras de Campo Maior e Vilar del Rey, um periódico local registava o saldo da iniciativa: «...Sabemos *por um nosso amigo que a ela assistiu, que foram mortos cinco Javardos e alguns lobos* » ⁹.

As touradas, na raia eram em Badajoz, as vilas do Caia na margem portuguesa ficavam despovoadas dos seus chefes de família e os grandes firmas comerciais de Elvas, como os Mendes & C^a, organizavam várias carreiras para a capital da Extremadura¹⁰. Do lado espanhol, as feiras de Campo Maior¹¹ e sobretudo de São Mateus em Elvas, não só mobilizavam grandes multidões como inclusivamente eram geradoras de violência, de tal forma que as forças policiais e militares entravam de prevenção sempre que tais acontecimentos ocorriam¹². Diferentes eram as festas de natureza bur-

8 Carta dirigida Exmo Srº Director General de Aduanas en 23 Diciembre de 1892.

9 A Democracia, nº135,1870.

10 Diário de Elvas, nº18,21-7-1893- «Os srs. Mendes & C^a estabeleceram que no dia da corrida as carreiras ao preço de 600 réis ou sejam 300 réis ida e volta. A partida de Elvas –Largo da Princesa D. Amélia ou Portas de Olivença, às 7,9,10 e 12 horas da manhã e às duas da tarde .

11 J.Dubraz, Recordações dos Últimos Quarenta Anos de Campo Maior,pp.103: A Guarda Nacional de Campo Maior, de todas as armas nunca valeu muito. Pouco disciplinada, o único serviço que fazia de má vontade era acompanhar procissões e assistir a paradas.

12 Ofício do Comandante da GNR,2º-657, Elvas - « ... tenho a honra de rogar a V.Exca., se digne a ordenar para que duas patrulhas de cavalaria e uma de infantaria dessa Guarda, compareçam pelas 17 horas no recinto da piedade, a fim de auxiliarem a manutenção da ordem pública, durante o arraial que ali deve ter lugar».

guesa nas casas palacianas da cidade, que eram pautadas pela amizade e cordialidade, a que vinham não só as melhores famílias do Alentejo, como as de referência de Badajoz assim como os militares de alta patente que no decorrer da primeira década do século XX marcavam presença assídua nos bailes do Club Elvense então e durante várias décadas o ponto de encontro das elites locais.

Porém a fronteira entre Portugal e Espanha, desde o princípio do século XIX se tinha convertido num espaço de exílio, foram várias dezenas de portugueses que durante a Guerra Civil, encontraram a paz e a segurança, o mesmo se verificou durante as chamadas guerras carlistas em Espanha, como se pode ler na imprensa periódica: « Nas fronteiras da Galiza e da Extremadura nota-se agitação, causada pelos emigrantes carlistas e republicanos, saídos de Portugal. O governo está preparado para reprimir qualquer tentativa»¹³. No entanto seria a questão republicana, que tornava a cidade de Elvas um ponto de observação da imprensa internacional da época, quando da tentativa da implantação do regime republicano em Espanha a partir de Badajoz nos dias 4/5 de Junho de 1883,¹⁴ sem êxito e sem sangue, mas também sem os apoios prometidos, de tal forma que os revoltosos comandados pelo coronel Asenio Vega entraram a pé e em fila pela fronteira do Caia e depois de desarmados pelo esquadrão de Lanceiros nº1, seguiram em direcção à Praça Militar de Elvas, onde foram recebidos e respeitados pelas autoridades locais e pela população de um modo geral.

A imprensa periódica de Elvas, acompanhava com números especiais, esta presença dos revoltosos republicanos numa terra de tradições monárquicas, denunciando a falta de humanidade de alguns¹⁵ e apelando à população para uma atitude de acolhimento e humanidade para com os sublevados da revolta republicana de Badajoz: *«Elvenses! Já o sabeis, em virtude de uma revolução malograda, entram nas vossas muralhas centenas de homens, que como vês, têm pais a quem respeitar, mães a quem dedicar os extremos afectos, filhos a quem desejar felicidades infinitas, amigos a quem deixar muitas saudades, recordações queridas, que nunca se apagam, acolhei-os, dá-lhes o que*

¹³ A Democracia, nº143,1870.

¹⁴ Sentinela da Fronteira, nº245,5-9-1883 – “Notícias de Badajoz 5, 11 de manhã - Às ½ horas da noite de 4 para 5, a guarnição de Badajoz, composta dos regimentos 9 de cavalaria, 41 de infantaria, e uma companhia de artilharia, sob o comando [Serafin Veja], deram vivas à república.”

¹⁵ Sentinela da Fronteira, nº246,9-9-1883:« Ouvimos que muitos espanhóis nitidamente emigrados para Portugal, foram altamente explorados pelas casas de comida. (...)Era útil que se não lançasse à conta de má hospitalidade portuguesa a ambição, desmesurada de meia dúzia de atroz e exploradores.

*puderdes, sobretudo hospitalidade, que nunca faltou entre portugueses aos que, por acaso ou infelicidade, não tiveram choça e fortuna».*¹⁶

2 . DA VIOLÊNCIA AOS MODOS DE MARGINALIDADE NA FRONTEIRA.

Se a paz e a proximidade entre povos fronteiriços, foi uma característica dominante no âmbito das relações transfronteiriças, apesar de tudo houve também momentos de interrupção e de tensão social, no primeiro caso, trata-se das epidemias de cólera mórbos e no segundo de práticas de marginalidade que tanto preocupou as autoridades raia.

De facto e no âmbito dos medos, os surtos epidémicos de cólera morbos, foram sem dúvida a maior ameaça, que as populações da raia então temiam devido as ameaças constantes que por vezes as vitimaram. Ao longo de Oitocentos, as vagas de peste ameaçaram o Norte Alentejano em 1854,1855,1884,1892 e 1894, por vezes produzindo as suas vítimas e em especial nas principais cidades da fronteira do Caia, Elvas e Badajoz. Todavia eram estas que melhor se preparavam para este inimigo mortal numa época em a ciência não tinha ainda encontrado resposta científica para a sua cura, de resto a experiência das sucessivas pestes, levou a uma certa cooperação entre as autoridades de Elvas e Badajoz, do modelo de combate comum à pestilência destaca-se: o controlo rigoroso de circulação de pessoas e animais no espaço raiano, a proibição da aglomeração de pessoas nomeadamente as Feiras agrícolas como a de São Mateus e os cuidados sanitários relativamente aos edifícios, pessoas e vestuário. Para além destas medidas haviam outras igualmente importantes e desde sempre em vigor na fronteira terrestre portuguesa, referimo-nos ao cordão sanitário que era levantado desde Valença a Vila Real de Santo António, assegurado pelos militares e que tanta contestação provocava nos comerciantes locais quando a cólera morbos, não ameaçava a cidade de Elvas ou quando na

16 Vitorino de Almada, Dicionário de História e Geografia do Concelho de Elvas, Tomo II - « ... (...) o primeiro edificio sacrificado foi o lagar da Fonte-Nova, que pertencia ao governador Francisco Pinto de Leite, depois Visconde de Veiros, o qual quis começar a destruição por esta propriedade, para como tal desprendimento dar aos demais proprietários um exemplo de confrontação com o sacrifício que a defesa da Pátria reclamava. A muito custo se pode salvar a Igreja da Piedade, e só houve dúvidas na conservação do Val do Cêto, por estarem dominados à direita pelas baterias de Villa-Fria, e à esquerda pelo Forte da Graça.

Extremadura a epidemia já tinha desaparecido. A esta decisão de âmbito nacional, era acrescentada outras de âmbito regional e local, por uma comissão municipal constituída pelo: presidente e vereadores da câmara, representante do Bispado e do Governador Civil, aos quais se juntavam os médicos locais de um modo particular os militares, que copiando o modelo da cidade Badajoz propuseram a criação de um centro sanitário, que fosse exterior ao centro urbano, próximo da linha-férrea e também uma alternativa às condições deficientes que então caracterizavam o estado sanitário Hospital Militar, a solução encontrada era uma das antigas defesas de Elvas: « *No Forte de Santa Luzia está se organizando com toda a solicitude um lazareto para este serviço (...). Para aquele local são transportados em carro os passageiros vindos de Espanha onde farão a quarentena de 7 dias sendo proibido, no trânsito para ali, comunicar com alguma pessoa* »¹⁷.

A violência era outra realidade que dividia os trabalhadores rurais portugueses dos espanhóis, em terras da Extremadura Espanhola, de facto as crises de trabalho, na segunda metade do século XIX era quase sempre simultâneas. De um modo geral, esta mão-de-obra rural que atravessava a fronteira, era oriundos da Guarda, constituíam os chamados “ratinhos” que vinham a terras do Norte Alentejano fazer a campanha dos cereais em troca por vezes de comida ou de baixos salários que não motivavam os trabalhadores rurais de Elvas, Arronches e Campo Maior, mais interessados em utilizar a sua força de trabalho no surto de obras públicas que então ocorriam em vários concelhos do distrito.

Finda a campanha dos cereais, os ratinhos mas também alguns ainda que poucos trabalhadores rurais de Elvas, Campo Maior e Arronches, tentavam a sua sorte nos campos agrícolas da Extremadura, quase sempre trágica, quando as crises agrícolas geravam desemprego, em parte pela presença deste proletariado agrícola que aceitava trabalhar a baixos salários ou nas condições de sobrevivência habituais em terras portuguesas, por isso mesmo as notícias de violência chegavam com frequência aos periódicos portugueses: « *Em diferentes pontos de Espanha tem-se dado, nos últimos dias, sérios conflitos entre ceifeiros portugueses e espanhóis. Há muito que os nossos vizinhos votam os ceifeiros portugueses grande ódio, que mais de uma vez se tem traduzido por sangrentas lutas* »¹⁸.

Aliás, em períodos de crise de trabalho sobretudo na transição para o séc. XX para além da migração para outras zonas do país, o regresso ao trabalho agrícola não era uma opção mas uma obrigação, aos que procuravam viver em terras do Caia e tal

17 Sentinela da Fronteira, nº 337, 24-9-1884

18 Correio Elvense, nº 288, 29-9-1882 - » Muitos têm andado a mendigar para se poderem transportar às suas terras».

como os ceifeiros da Extremadura, temiam a presença dos ratinhos que lhes tiravam o pão, como se pode verificar em acta de sessão da Câmara Municipal de Campo Maior: «*Nesta altura da sessão entrou na sala um grande número de trabalhadores rurais solicitando da câmara a sua protecção para conseguir dos lavradores e proprietários do concelho que os preferissem os seus trabalhos visto que lhes estava vedada a entrada em Espanha para procurarem trabalho como costumavam nos anos anteriores*»¹⁹

Apesar de tudo estes trabalhadores rurais que “desciam” regularmente ao Alentejo, eram um contingente demográfico necessário para o desbravamento das matas e aproveitamento agrícola dos campos do Norte Alentejano. No século XIX quando o Alentejo era já considerado como uma área fundamental para a exploração de cereais, especialmente de trigo e centeio e que tornou o distrito de Portalegre como um dos mais atractivos do País, para as populações rurais dos distritos de Viseu, da Guarda e Castelo Branco, ainda antes da promulgação das leis cerealíferas de 1899 que foram sem dúvida fundamentais para os movimentos migratórios das populações rurais em direcção à província do Alentejo, situação essa que continuou a se verificar na centúria seguinte numa época em que as obras públicas afastou de forma particular a mão-de-obra local dos campos agrícolas da raia do Alto Alentejo.

Todavia nas últimas décadas de finais do século XIX nos limites municipais das freguesias raianas da região do Caia, foram marcados por uma de movimentação significativa de parte da população rural que através de acções individuais ou em grupos organizados encontrava no contrabando uma nova forma de vida: *É assombroso a quantidade de habitantes – tanto do concelho de Elvas como de Arronches, Campo Maior, Elvas e Alandroal – que havendo abandonado o trabalho honesto, se dedicam ao tráfico do contrabando*²⁰.

A verdade é que as crises agrícolas que se fizeram sentir nas terras da raia em finais de oitocentos, contribuíam para o aumento significativo do número de efectivos na prática do contrabando, uma vez que essa actividade tornou-se em períodos de crise económica e social uma alternativa de vida às dezenas de assalariados agrícolas e de desempregados que vagueavam pela raia num período em que o investimento nas obras públicas não era notável e praticamente faltava concluir a estrada regional Campo Maior –Portalegre. De resto a prática de contrabando, em muitas famílias e em especial na vila de Campo Maior era uma actividade complementar para os magros salários agrícolas.

19 Acta de sessão da Câmara de Campo Maior, 14 de Maio de 1898, fol. 101.

20 Correio Elvense, nº 402, 12 de Agosto de 1893.

Todavia se é certo que o controlo da raia em meados do século XIX, já estava estabelecido ou pelo menos tinha uma organização mais formal de que em outros períodos da sua história. A verdade é que a fiscalização da raia portuguesa, não era efectuada com rigor e por vezes nem funcionava nos diferentes postos fiscais situados a 20 m do Guadiana. Contudo, a década de oitenta foi marcada por um conjunto de reformas legislativas e operacionais que foram determinantes para a organização dos serviços e de fiscalização com o objectivo: « (...) *de poderem com mais vantagem efectuar o serviço de fiscalização e controlar os caminhos e guarnecer os vários pontos de fronteira, muito acessíveis à entrada clandestina de géneros estrangeiros*»²¹.

Entretanto do ponto vista operacional, as forças da ordem passavam a actuar em duas dimensões, relativamente ao controlo e fiscalização através da Guarda-fiscal a partir de 1885 com função prioritária para a repressão do contrabando e respectiva transgressão fiscal. Enquanto que a polícia fiscal criada em 1886, centrava a sua actuação na transgressão fiscal estando limitada a sua acção ao espaço aduaneiro. O regimento fiscal era preciso: « ...*raia e no litoral são estes serviços de competência da guarda fiscal, devendo , porém tanto como outra [polícia fiscal] coadjuvar-se mutuamente, quando houver necessidade de levar a efeito que qualquer diligência de serviço fiscal*»²².

A partir de então a linha de demarcação da raia portuguesa estava sob o controlo de uma força específica e não de forças militares que funcionavam como uma espécie de guardas da fronteira. Assim o serviço de sentinelas, patrulhas, rondas e diligências especiais teoricamente asseguravam as tentativas de fuga aos direitos fiscais do estado português na raia nacional e o seu raio de acção ultrapassava na região do Caia, os limites geográficos tradicionais e as operações da GF para o interior dos concelhos vizinhos das áreas tradicionais de contrabando eram objecto de patrulha como se pode verificar com alguma frequência pela documentação da GF: « *Mostra-se que em 16 de Dezembro de 1890 o soldado da guarda fiscal Joaquim Jorge e as demais praças signatárias da participação inicial apreenderam no Monte das Herdades, concelho de Vila Viçosa, 65 Kg ,800 de tabaco picado no valor presumível de 296\$100 réis, 660 gramas de tabaco em charutos no valor presumível de 296\$100 réis, 660 gramas de tabaco em charutos no valor presumível de 2\$970 réis ...* »²³. Aliás a acção da GF, para as áreas geográficas do interior da raia ao longo do Guadiana era assegurada pela secção fiscal do Alandroal, cuja

²¹ Decreto Lei de 31-121852, 1853, BNL, Lisboa.

²² Regulamento da polícia fiscal, Boletim Oficial da GNR., pp.327.

²³ Boletim da Guarda Fiscal nº 4, Recurso Ordinário nº 458, p. 260

operacionalidade se tornou na transição para o século passado tão importante como os outras secções fiscais que compoñham o posto de comando sedado em Elvas, em função da sua operacionalidade nas constantes operações com vista a apreensão de tabaco, como se pode ler na documentação oficial da dita corporação fiscal «... *António Augusto de Mendonça [2º Cabo da GF] , participou ao chefe de secção do Alandroal, que pelas duas horas da noite anterior no sítio entre a aldeia de Bencatel e Vila Viçosa (...) cinco indivíduos que se evadiram , não podendo ser conhecidos, transportando 64 Kg 950 de tabaco picado e 12 Kg, 600 de charutos de proveniência estrangeira...*»²⁴.

Aliás o abandono das cargas pelos contrabandistas em fuga perante a presença ou denúncia pelas populações locais, da presença das autoridades ou da observação de pegadas dos cascos de cavalos normalmente identificados com as patrulhas da GNR foi uma constante até à entrada das armas de fogo na região do Caia e Guadiana nas primeiras décadas do séc. XX. De resto ao longo da segunda metade do século XIX, o número de casos registados por denúncia ou recolha de pistas que denunciavam a acção contrabandista foram sempre superiores ao número de detenções e ainda menos em relação número de casos que foram objecto de julgamento em tribunal. Por outro lado, na transição para o século XX o número de casos registados é cada vez menor, de tal forma que se observa um equilíbrio maior entre o número de casos referenciados, de detenções e de casos em julgado, o que denuncia sobretudo uma maior eficiência dos contrabandistas em iludir as forças policiais, em parte devido a colaboração das populações locais como eram os casos das vilas fronteiriças de Arronches e Campo Maior, que assinalavam a presença da autoridade que também ocasionalmente ignoravam a passagem das “gentes do contrabando”, por razões várias como os laços de vizinhança ou até familiares ou mesmo razões de piedade face a miséria e fome, de muitos assalariados rurais que face às crises agrícolas que marcaram os últimos decénios de oitocentos e que encontravam nesta actividade ilícita um modo de vida de sobrevivência que por vezes tinha apenas um carácter ocasional ou conjuntural, mais comum no campesinato elvense.

Nos finais do século, (1898) marcava a entrada das mulheres nos serviços alfandegários com a função de apalpadeiras, de um modo geral antigas esposas de soldados da GF, cuja acção foi fundamental para o controlo das mulheres implicadas na prática clandestina do contrabando e em especial aquelas que utilizavam o transporte ferroviário, não podemos ignorar que a Linha de Leste (Lisboa-Elvas/Caia)) era então a principal rota para a Europa. Se em finais do século XIX, a região do Caia possuía

24 Boletim da Guarda Fiscal nº 11, Recurso Ordinário nº 255, p. 141.

todos os instrumentos legais e operacionais ao serviço do Estado, contra todas as práticas clandestinas que eventualmente pudessem lesar os interesses económicos da Nação. Seria durante a I Grande Guerra (1914-1918), que os esforços e a eficiência dos serviços policiais e fiscais, mostraram a sua eficiência tornando o Caia um espaço inviolável a qualquer prática ilícita.

De facto quer durante a Monarquia Constitucional quer durante a I República, a prática do contrabando, foi o que as autoridades públicas quiseram... «*Em Campo Maior, o comandante do cordão requereu ao administrador que fizesse apresentar três vezes os contrabandistas ali residentes, e que o próprio administrador declarou serem 200 (...). Apenas fez intimação a 14 escolhidos a dedo por não serem eleitos governamentais*»²⁵ ... e em muitos casos a convivência entre policiais e contrabandistas na ampla fronteira do Caia, contribuiu para uma certa tolerância das autoridades relativamente aqueles que faziam desta prática um modo de sobrevivência. Outras razões que favoreceram a facilidade das práticas ilícitas no espaço fronteiriço em estudo até ao fim da Monarquia Constitucional, apesar de uma maior eficácia das forças policiais em finais do século XIX foram sem dúvida:

- a) O facto da fronteira do Caia, em certas áreas da sua demarcação se apresentar como um espaço aberto ao território espanhol e desconhecido para a nova corporação policial sem experiência.
- b) O desconhecimento dos caminhos, técnicas de passagem e códigos entre os contrabandistas.
- c) A cumplicidade das populações com os contrabandistas quase sempre compreendida ou tolerada pelas autoridades como foi comum na Vila de Campo Maior
- d) A tolerância das autoridades da raia face à condição sócio-económica dos contrabandistas ocasionais, como assalariados agrícolas e desempregados, que em tempo de crise económica sem trabalho no campo ou nas obras públicas, encontravam no contrabando uma solução à fome e à miséria.

Na transição para o século XX, esta postura mais ou menos “humanizada” das forças populacionais, muda radicalmente com a introdução das armas de fogo, aumentando o número de apreensões de cargas face à fuga dos contrabandistas que na década de vinte ainda que pontualmente chegam também a utilizar o fogo na acção ilícita como se pode verificar pelas notícias na imprensa elvense de tiroteios no posto fronteiriço do Caia.

25 Sentinela da Fronteira, nº 287, 7-8-2885.

Mas desde segunda metade do século XIX até ao fim da I República, a fronteira do Caia, enquanto freguesia do concelho de Elvas, se tornou uma espécie de “espaço de marginalidade”, aquele espaço chegavam frequentemente ociosos, vagabundos e mendigos portugueses ou espanhóis, que normalmente eram identificados como pobres em seus passaportes e viviam da caridade das povoações ibéricas, não vivendo permanente no mesma localidade, o alcoolismo, a pobreza e no caso dos jovens a deserção da vida militar justificavam esta opção de vida. Outro tipo de marginais, naturalmente mais perigosos eram sem dúvida aqueles que eram perseguidos pelas autoridades nacionais e referenciados pelo roubo de gado ou por homicídio, como podemos verificar :«...*este indivíduo foi visto na direcção de essa cidade e julga-se ir a Badajoz, para onde rogo também se requirite a sua captura*»²⁶. Ou este mandato de captura dirigido às autoridades portuguesas: «*Recomenda a captura do súbito espanhol Manuel Velez autor do crime de assassinato perpetrado na pessoa D.Raymundo Garcia, agente de ordem pública em Cáceres*».²⁷

Contudo o tipo de crime mais frequente era sem dúvida o roubo de gado, para ser introduzido na Extremadura, na maioria dos casos a sua detenção era feita pelas autoridades elvenses e é curioso verificar pela documentação que os praticantes deste tipo de crime normalmente assalariados agrícolas eram de localidades tão distantes como Porto, Coimbra, Guarda e outras terras do Norte de Portugal, mas que procuravam inserir o objecto do seu furto em território espanhol outros contudo perseguidos pelas autoridades nacionais apenas sonhavam alcançar o território espanhol. Outra situação pontual, relacionada com a prática de roubo, foi sem dúvida durante o período de construção da Linha de Leste no sector Portalegre e Elvas, em que os trabalhadores mal pagos assaltavam as populações locais, mas em especial os funcionários superiores das obras como os engenheiros que chegaram a pedir autorização para licença de porte de arma. Só em 1864 as autoridades policiais de Elvas, promulgaram sete mandatos de captura para detenção de trabalhadores do caminho-de-ferro e um deles dirigido ao engenheiro Desidério Lelon que fugiu para Badajoz “*sem pagar aos operários do caminho de ferro*”.

Outras formas de marginalidade capazes de ferir a moral pública foram sem dúvida a deserção militar e a prostituição, mal aceite e condenada pelos centros transfronteiriços portugueses. A deserção prática comum e normal nos séculos XVII e XVIII, deixou de o ser com a revolução de 1820, que fazia apelo à coragem e o hero-

26 Estação Telegráfica de Elvas, Elvas, 10/3/1869 - nº 107.

27 Correspondência enviada pelo Governo Civil, nº de Ordem 97, 10 de Outubro de 1867

ísmo, estes valores passaram a ser assumidos quer em Portugal quer em Espanha, em que o exército como corpo bélico com regras próprias, associava a prática do serviço militar. Nestas circunstâncias a deserção era observada como uma traição à pátria mas não deixou de ser um prática entre os mancebos portugueses e espanhóis, que frequentemente fugiam para o território vizinho como se observa pela comunicação frequente entre as autoridades civis e militares de ambos estados ibéricos. A prostituição, mais significativa em Elvas e associada também à presença militar, que apreciava particularmente a presença de mulheres espanholas ao contrário da vila de Campo Maior, que preferiam a presença das mulheres de Elvas e condenavam as de naturalidade espanhola. Em todo caso e ambos estes centros transfronteiriços a prostituição era motivo de condenação pública em função de valores, educacionais e morais.

Em síntese podemos afirmar que desde meados do século XIX quase ao período do rebentamento Guerra Civil de Espanha, os contactos de natureza económica, social e cultural, foram intensos entre os povos da raia do Caia e como consequência dessa aproximação a raia acabou por se transformar também num espaço de marginalidade marcado pela pobreza e violência.

FONTES:

Arquivo Distrital de Portalegre, Registo de Passaportes do distrito de Portalegre, 1902-1906.

Arquivo da Guarda Nacional Republicana, Évora/Elvas, 1885-1920.

Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior, Registo de Passaportes, 1825-1850.

Arquivo da Câmara Municipal de Arronches, Registo de criminosos, 1890-1892

Arquivo da Câmara Municipal de Arronches, Registo de telegramas expedidos, 1895-1909.

Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior, registo de cartas de residência de estrangeiros, 1869.

Biblioteca Municipal de Elvas, Documentação da Estação Telegráfica de Elvas, 1860-1869.

Biblioteca Municipal de Elvas, Comissão de Recenseamento Militar. 1908-1924.

Biblioteca Municipal de Elvas, Mapas de População do Concelho de Elvas, 1850-1925.
Biblioteca Municipal de Elvas, Receitas e despesas das estradas municipais, 1868-1876,
Biblioteca Municipal de Elvas, Registo de Correspondência do Governo Civil, 1902-1903.
Biblioteca Municipal de Elvas, Registos de Proveniência, Concelho de Elvas, 1892-1902.

BIBLIOGRAFIA:

- Ballbé, M., *Orden público y militarismo en la España (1808-1893)*, Madrid. Alianza, 1985.
- Sena, Arlindo, *Os anos Trinta e as relações Luso Espanholas*, Ayuntamiento de Badajoz, 1996.
- Sena, Arlindo, *As fontes impressas como fonte para o estudo da Fronteira do Caia*, Ayuntamiento de Montijo, Diputación de Badajoz, 2003.
- Sena, Arlindo, *Os grandes temas de História Contemporânea na região do Caia*, Universidad de Extremadura, Junta de Extremadura, Badajoz, 2002.
- Rodríguez Flores, M.Pilar e Sena, Arlindo, *Epidemia e Fronteira*, APH, Lisboa, 1998
- Rodríguez Flores, M.Pilar, *Morir en Badajoz, 1933*, Universidad Extremadura, Cáceres, 1991.